



**O MOVIMENTO
ESTUDANTIL
NO PORTO**
**ANTES E DEPOIS
DO 25 DE ABRIL**

Autoria de João Moreira

Prefácio
de **Joel Cleto**

Testemunhos de
Augusto Santos Silva
Rui Rio

FAP FEDERAÇÃO
ACADEMICA
DO PORTO
POR UMA PRIORIDADE NA EDUCAÇÃO

ÍNDICE

PREFÁCIO Joel Cleto	05
MENSAGEM Presidente da Federação Académica do Porto	09
O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PORTO ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL	15
TESTEMUNHOS Augusto Santos Silva Rui Rio	33
BIBLIOGRAFIA	37

PREFÁCIO

Em boa hora, quando se assinalam 50 anos sobre a “Revolução dos Cravos”, a Federação Académica do Porto edita este trabalho que vem contribuir para a salvaguarda da Memória e Património (no sentido que esta palavra tem também em inglês e francês: heritage/ herança) das lutas académicas dos estudantes do Porto pela Liberdade e contra a ditadura do Estado Novo.

São muito antigas as tradições do envolvimento estudantil, na cidade, nos combates pela justiça social. Só a título de exemplo recorde-se a importância do Batalhão Académico durante o Cerco do Porto, entre 1832 e 1833, contribuindo de um modo significativo para o triunfo, entre nós, de um regime constitucional e parlamentar.

Na sua afrontação à Ditadura imposta a partir do “28 de Maio” de 1926 e que se arrastou até ao “25 de Abril” de 1974, os estudantes da Universidade do Porto participaram também de um modo relevante de alguns dos mais importantes momentos da resistência e oposição da cidade ao regime ditatorial. E desde muito cedo. Menos de um ano após o início da Ditadura Militar, grande número de estudantes universitários juntar-se-ão aos revoltosos militares e civis que, a 3 de fevereiro de 1927, se levantam em armas para defender a República. A 9 de fevereiro, quando o movimento falha, muitos estudantes estão entre os cerca de 100 mortos e mais de quinhentos feridos que tombaram nas trincheiras e barricadas do Porto. Apenas cinco anos depois, em 1931, protestos estudantis levarão ao assassinato pela polícia do estudante João Branco, fazendo acorrer milhares de pessoas à Baixa da cidade para acompanhar o cortejo fúnebre.

Década e meia depois, na sequência da morte em dezembro de 1946 do Professor Abel Salazar, os estudantes da Universidade terão presença significativa numa outra histórica e admirável cerimónia fúnebre, acompanhada por uma multidão: a que a cidade presta ao famoso cientista, pedagogo, docente expulso da Universidade e (re)conhecido oposicionista. Do mesmo modo será considerável o envolvimento e participação dos estudantes da academia do Porto na campanha eleitoral de Humberto Delgado em 1958, com destaque para a impressionante recepção que a cidade faz ao “general sem medo” no dia 14 de maio desse ano, envolvendo cerca de cem mil pessoas naquela que terá sido a maior manifestação contra o regime nos seus 48 anos.

Mas, se em todos estes (e outros) acontecimentos, os estudantes participam de iniciativas organizadas por outros, a partir da década de 60 assistiremos a lutas espoletadas pelos próprios no seio da academia. E é fundamentalmente sobre esse importante período que se debruçam as páginas que se seguem.

A perseguição das autoridades académicas e a repressão policial contra os protestos estudantis acentuam-se no Porto nos finais dos anos 60 levando a que, em pleno cortejo da “Queima das Fitas” de 1969, se denuncie e reclame contra as invasões policiais que se vinham registando em instalações da universidade em reação aos protestos estudantis contra a expulsão de professores conhecidos pelo seu posicionamento crítico à ditadura. O envio forçado de estudantes para a guerra nas colónias africanas

é igualmente contestado nessa “Queima”. A guerra e a questão colonial serão, de resto, dos principais motivos das manifestações estudantis nesses e nos anos seguintes, como nos recorda este estudo, com destaque para as confrontações a 4 de abril de 1973. Opondo-se à organização de um “festival de coros” que integrava representantes de “países fascistas e colonialistas”, nomeadamente a África do Sul segregacionista, as largas centenas de estudantes reunidos no átrio da Faculdade de Ciências viram-se cercados e presos. Perto de uma centena será levada a Tribunal e, destes, 56 condenados a dois anos de prisão, com pena suspensa por terem menos de 21 anos (com que se atingia na época a maioridade). O mesmo não aconteceu a outros 33 que, por já serem maiores, foram mesmo condenados a dois anos efectivos de prisão. Muitos outros acabariam, como já acontecera com outros estudantes envolvidos em lutas académicas nos anos anteriores, por verem os seus estudos interrompidos e serem enviados para as frentes da guerra em África.

Castigo pesado, a incorporação militar forçada dos estudantes, acabará a curto-prazo por se virar de um modo esmagador contra a Ditadura. Com efeito, muitos destes estudantes acabarão, no seio do Exército e dos outros ramos das Forças Armadas, por assumir papel crucial na tomada de consciência, nomeadamente entre os jovens oficiais, de que a questão colonial não se conseguiria resolver com a guerra mas apenas no contexto de um novo regime, livre e democrático. E, também deste modo, estudantes da Universidade do Porto serão fundamentais no alicerçar dessa “madrugada” e desse “dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, e livres habitamos a substância do tempo”, como a portuense Sophia de Mello Breyner descreveu o “25 de Abril” de 1974. Uma data que, em liberdade, permitiu que novos temas, ideologias e combates passassem a ser travados pelos estudantes da academia do Porto. Mas o melhor mesmo é ler as páginas que se seguem.

JOEL CLETO
Historiador, arqueólogo e divulgador do Património



MENSAGEM DO PRESIDENTE

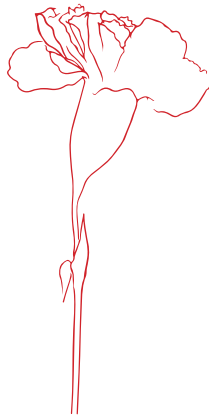
O 25 de abril é um marco indiscutível na história de Portugal e na luta pelos direitos fundamentais. Vivemos meio século de conquistas, desafios e liberdade no País e na Academia do Porto. Os estudantes tiveram um papel preponderante, erguendo-se como símbolos de resistência em tempos de opressão. Nos 50 anos de Democracia, a concretização desse ideal de liberdade, o de um país cuja revolução foi feita por jovens, sem donos, e que se consagra ao longo deste meio século de direitos, liberdades e garantias devemos recordar, celebrar e honrar uma das maiores conquistas de Abril: a democratização do Ensino Superior. Se em 1974 éramos 70 mil os estudantes do Ensino Superior, hoje somos mais de 400 mil.

Cultivamos cidadãos informados, críticos e conscientes dos seus direitos e responsabilidades e não devemos ignorar os desafios que as novas gerações enfrentam. Somos o país com uma das taxas de emigração qualificada mais elevadas de sempre, e depa-ramo-nos com uma realidade desafiante, do ponto de vista dos salários e progressão na carreira. Dados recentes estimam que 30% dos cidadãos portugueses, entre os 15 e os 39, emigraram, o poder de compra de um jovem licenciado diminuiu 30%, desde 2011, e saímos de casa dos pais, em média, aos 30 anos. Mas é precisamente nestes desafios que está a oportunidade de construirmos um futuro melhor e nos 50 anos da Democracia ainda há muito a fazer.

Na Federação Académica do Porto trabalhamos para cumprir Abril. Pela igualdade de oportunidades, pela valorização do Ensino Superior, pela emancipação dos jovens e, acima de tudo, por uma prioridade na Educação. O mundo está a evoluir e essa evolução tem de ser acompanhada dentro e fora das salas de aula. Não faz sentido continuarmos com métodos de aprendizagem antiquados, com uma carga horária excessiva e aulas expositivas e unilaterais. É preciso apostar na formação dos docentes e dos alunos. O futuro pertence aos jovens e isso implica adotar mecanismos educacionais mais dinâmicos, interativos e digitais.

A Revolução dos Cravos é uma lembrança constante da luta dos nossos pais e avós pela liberdade de expressão, justiça social e democracia, mas também uma recordação daquilo que não deve voltar a acontecer. À medida que o populismo ressurge na Europa, é imperativo reconhecer que a ignorância e a falta de conhecimento são terrenos férteis para a sua propagação, e que minam a qualidade democrática. Já o vimos acontecer no passado e, certamente, não queremos que volte a acontecer. Se cada um de nós tiver presente na memória o 25 de abril de 1974, estou certo de que daremos mais valor à educação, ao Ensino Superior e, assim, defenderemos a democracia, porque a pior inimiga dos populismos é a educação.

Este livro que a FAP lança sobre o movimento estudantil no Porto antes e depois do 25 de Abril, pretende lembrar o passado e afirmar que os estudantes serão sempre uma voz que defende a liberdade e a educação como pilares fundamentais da Democracia. Por uma prioridade na Educação como há 35 anos se inscreve no logotipo e nos ideais da Federação Académica do Porto!





João Moreira

**O MOVIMENTO
ESTUDANTIL NO PORTO
ANTES E DEPOIS DO 25 DE ABRIL**

Sumário: As culturas estudantis são tão antigas como a própria universidade, e encontramos movimentos de contestação estudantil ao *status quo* em diversas épocas da história. No séc. XX, contudo, o movimento estudantil vai encontrar, tanto em Portugal como no estrangeiro, um conjunto de circunstâncias que lhe vão dar uma relevância sem precedentes.

Procuraremos dar uma ideia do quadro internacional que permitiu ao movimento estudantil a sua relevância no séc. XX, e analisar as especificidades desse mesmo movimento em Portugal. Procederemos em seguida a uma análise específica da Universidade do Porto (UP) antes e depois do 25 de Abril.

1 | TRANSFORMAÇÕES DA POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO SÉC. PÓS-GUERRA

Finda a II Guerra Mundial, os países ocidentais passaram por três grandes transformações identificadas por Barker (2008: p. 48-50).

I.

Um crescimento demográfico sem precedentes, conhecido como o *baby boom*;

II.

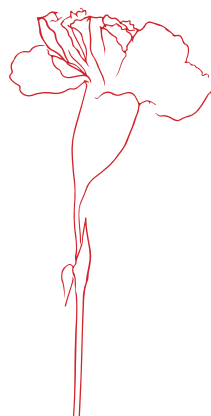
Um aumento muito significativo dos chamados trabalhadores de «colarinho branco», em consequência da industrialização formada em tempo de guerra. Essa industrialização mudou irreversivelmente a paisagem tanto económica como social do ocidente: os pequenos proprietários rurais, base do conservadorismo político até então, ficaram reduzidos a números quase irrisórios; as concentrações operárias tornaram a ação sindical recorrente nos grandes centros urbanos; e o modelo de economia mista, com forte intervenção do Estado e provisão pública, tornou-se hegemónico;

III.

No plano colonial, os países ocidentais enfrentaram um conjunto de grandes reveses primeiro na Ásia, depois em África, onde os movimentos independentistas, quer pela mobilização social quer pela luta armada, impõem consecutivas derrotas às metrópoles europeias, forçadas a reconhecer, lenta mas inexoravelmente, a independência das suas possessões.

Estas três transformações serão determinantes quer para as culturas juvenis, quer para o movimento estudantil nas décadas 1950 e 1960. Primeiro, a juventude passa a ser um grupo social de uma relevância demográfica (e, portanto, económica) como não tinha tido nunca até então. A influência dos jovens nos consumos culturais, o surgimento de estilos musicais vocacionados para a sua faixa etária, filmes, livros, e outras formas de entretenimento, são a consequência mais evidente dessa transformação.

Essa relevância não advinha, contudo, apenas do crescimento numérico da juventude. Ocorria também porque o período de escolarização médio passou a ser, na generalidade dos países, muito maior, e a frequência universitária deixou de ser um privilégio de elite. É ainda Barker quem refere (2008: p.50) que, precisamente pela expansão do modelo social-democrata, a economia e o Estado passaram a exigir um número cada vez maior de trabalhadores intelectuais. A necessidade de gestores, de cientistas, de professores, de médicos, de tecnólogos, de juristas, de animadores sociais, de assistentes sociais, cresceu como nunca antes. Os jovens que ingressaram nas universidades



nesta época acumularam, por isso, serem parte de um grupo social numericamente grande com terem uma vida estudantil muito mais longa. Ora, a vida estudantil é menos absorvente em termos de tempo, e muito menos exigente em termos de responsabilidades, do que o mundo do trabalho. Por conseguinte, o tempo que os *baby boomers* podiam alocar a atividades lúdicas, como idas ao cinema, a concertos, a festas, a espaços de diversão noturna, etc., eram muito maior do que em gerações anteriores.

Esta grande massa de juventude cresce, como referimos acima, num mundo de fortes convulsões sociais e políticas, dentro e fora dos países ocidentais. O período da perda das possessões coloniais pelos países, é um período em que diversos regimes políticos e formas de organização económica e social são testados um pouco por todo o planeta. À revolução de Outubro de 1917 vem juntar-se a criação das democracias populares na Europa de Leste, a revolução chinesa de 1949, a revolução coreana de 1950, a libertação do Vietname em 1954, a revolução cubana em 1959. Juntam-se ainda diversos movimentos guerrilheiros na América Latina, em África e na Ásia, e conflitos armados, golpes de Estado, e ingerências na política interna dos países protagonizadas tanto pelos Estados Unidos da América (EUA) como pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A título meramente exemplificativo, esta é a época quer do golpe de 1964 no Brasil, quer do esmagamento da Primavera de Praga em 1968.

As transformações políticas do tempo irão, naturalmente, apaixonar um número massivo de jovens estudantes. E o debate em torno dessas transformações, como nota Bebbiano (2003: p.39), não vai cingir-se nem aos temas institucionais clássicos, nem à organização económica. Tampouco vai aceitar as categorias do pós-guerra, que contrapunham o modelo capitalista ocidental ao modelo comunista do Leste. Os estudantes vão alargar o âmbito do político, e abordar temas como os costumes e a forma de organização da vida quotidiana.

A sua crítica à sociedade em que viviam estruturou-se em torno de três eixos.

I. Logo nos anos 50, emerge como parte da cultura juvenil uma irreverência perante a sociedade dos adultos, marcada por atos de indisciplina. As saídas noturnas constantes, a transgressão dos códigos de vestuário, a música, a sexualidade, são objeto de novas dinâmicas, menos conservadoras. Não existe ainda uma crítica social estruturada, e o nome de um famoso filme de James Dean, *Rebel Without a Cause*, expressa bem a postura de um setor da juventude em relação ao mundo em seu redor: insurge-se contra ele, mas não lhe contrapõe um projeto seu.

II. Mais tarde cronologicamente – embora, naturalmente, o seu surgimento não significasse o desaparecimento da fase anterior, nem estivesse inteiramente desarticulado dela – as subculturas juvenis evoluíram para lá de uma recusa simbólica da sociedade, e passaram a incluir projetos de sociedade alternativa. Um exemplo precoce deste movimento,

referido por Rotman (2008, p. 17), são os *provos* holandeses que, a partir de 1965, se concentram em determinados bairros de Amesterdão e se dedicam causar distúrbios com as forças policiais e a população da cidade. O principal movimento de constituição de sociedades alternativas será, contudo, o movimento *hippie*, que emerge nos anos 60 em S. Francisco nos EUA. Caracterizado por aliar à transgressão simbólica das regras de comportamento tradicionais a um compromisso político, os *hippies* vão tomar parte na luta antimilitarista, pela legalização das drogas, pela contração, pelos direitos das minorias étnicas, dos homossexuais, das mulheres. O movimento *hippie* pronuncia já, por esta passagem do simbólico ao político, o terceiro eixo da rebeldia juvenil.

III. Como acima indicámos, o período dos anos 50 e 60 é muito fértil em transformações sociais, revoluções, movimentos de massas, e demais formas de conflito social, um pouco por todo o mundo. Nesse sentido, o debate político entre a juventude será, como já tivemos ocasião de dizer noutra lugar, marcado não apenas pela criação de sociedades alternativas, mas também pela proposta de alternativas de sociedade (Moreira, 2010, p. 26). Essas serão encontradas não apenas nos projetos políticos do bloco socialista, mas sobretudo nas correntes de pensamento marxista que, naquele então, tinham um estatuto marginal, ou desautorizado. Haverá, retomando Rotman, um importante revivalismo do pensamento trotskista, em contraponto com a revolução «traída» pelos dirigentes soviéticos (2008, p.34), e também um fascínio, com o seu quê de orientalista, pela revolução chinesa, sobretudo aquando da sua rutura com URSS no quadro do cisma sino-soviético (Pereira, 2008, p.11).

2 | O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PÓS-GUERRA EM PORTUGAL E NO PORTO

Finda a II Guerra Mundial, o regime político português encontrou-se numa encruzilhada. Tendo surgido em 1926 com a supressão ditatorial da I República, e institucionalizado uma forma abertamente antidemocrática de governo pela Constituição de 1933, estava alinhado, do ponto de vista ideológico, com os regimes derrotados em 1945. Não obstante, ao ter mantido a neutralidade no conflito, logrou sobreviver à derrota do nazi-fascismo sem alterações de maior, e conservar-se como um regime ditatorial até 1974.

Este descompasso entre uma Europa em que se restabeleciam as liberdades democráticas e os regimes ibéricos, onde as mesmas tardariam ainda três décadas a ser instituídas, teve repercussões indeléveis na forma como os países se organizaram e desenvolveram. E cedo geraram resistências em vários setores da população, desde logo, como veremos, entre os estudantes.

2.1 | A RESISTÊNCIA À INTRUSÃO DO ESTADO NAS ASSOCIAÇÕES ESTUDANTIS

Tendo sempre havido resistência estudantil ao Estado Novo, será no pós-guerra que o divórcio entre as associações de estudantes e o regime se vai adensar, até, na fase agonia marcelista do mesmo, haver já conflitos abertos e radicalizados entre os estudantes à ditadura.

A primeira medida posterior à II Guerra Mundial que gerou forte desagrado entre os estudantes foi o decreto-lei 40900, de 1956. Por via desta norma, Salazar reforçou disposições autoritárias que já vinham da lei de 1932, feita numa fase da ditadura em que nem sequer havia constituição de controlo do associativismo estudantil pelo Estado. O ditador receava a relevância que a oposição vinha cobrando dentro do movimento estudantil desde os anos 40, quando o MUD Juvenil alcançara posições interessantes nas associações de estudantes tanto em Lisboa como em Coimbra (Garrido, 2008, p. 137). Estas foram, sumariamente, as disposições desse diploma:

- I. Estabelecimento de uma relação de dependência das associações de estudantes em relação aos órgãos de gestão das universidades;
- II. Homologação pelo Estado das direções eleitas pelos estudantes, sob pena de as mesmas não entrarem em funções;
- III. Proibição de qualquer filiação internacional;
- IV. Proibição de qualquer atividade de cariz reivindicativo, sendo as associações concebidas, nos termos da lei, como organizações de carácter assistencialista.

A indignação gerada por esta intromissão estatal inaugurou um ciclo de contestação estudantil em crescendo até 1974, muito influenciado pela postura reiteradamente repressiva que o regime contrapôs aos estudantes, não revelando qualquer abertura às suas razões.

Se a década de 60 é, em Portugal e nas ex-colónias, o período do recrudescimento da oposição ao regime, que no limite levará à sua queda, o movimento estudantil acompanha o movimento geral da oposição. Listando os pontos mais altos dessa contestação, teremos a comemoração dos 40 anos da «tomada da Bastilha», a ocupação do Clube dos Lentes de Coimbra pelos estudantes, onde se fundaria a sua Associação Académica, em 1961. No ano seguinte, em Lisboa, aquando da realização do Dia do Estudante de 1962, proibido por Salazar depois de ser autorizado pelo reitor, Marcello Caetano, houve uma inédita repressão policial dos alunos que se reuniam em celebração. Esta ação repressiva foi tanto mais chocante quanto, tacitamente, sempre estivera acordado que a polícia não podia agir dentro da Cidade Universitária, menos ainda com truculência. Salientemos ainda os protestos de 1965, por alturas das deposições forçadas de estudantes tidos por opositoristas em Coimbra, e a crise académica que agitará essa mesma cidade em 1969.

2.2 | A UNIVERSIDADE DO PORTO E O SEU MOVIMENTO ESTUDANTIL NOS ANOS FINAIS DO ESTADO NOVO

Fundada em 1911, a Universidade do Porto chega aos anos 60 com seis faculdades: Ciências, Farmácia, Medicina, Engenharia, Economia e Letras. Passará nessa época por um conjunto de transformações que é conveniente salientar para entender em que contexto se moviam as organizações dos estudantes.

Em primeiro lugar, o parque escolar da universidade tinha uma paradoxal excessiva concentração e excessiva dispersão. Excessiva concentração por, no atual edifício da reitoria, serem ministradas as aulas dos cursos de Ciências, dos três primeiros anos de Engenharia, e a partir do ano letivo de 1954/55, da Faculdade de Economia, então fundada e instalada no sótão. Algumas aulas dos cursos de Ciências, de resto a contragosto, foram sendo encaminhadas para o atual edifício do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Nesse mesmo edifício, em 1962/63, foram atribuídas «duas salas» à recém-reaberta Faculdade de Letras (Fernandes, 2007, p.77).

O espaço exíguo atribuído a Letras cedo se revelou suficiente, e levou a que, à medida que a faculdade crescia em oferta formativa e em número de alunos, tivesse de se espalhar por diversos edifícios, ao sabor das doações de particulares, entidades públicas, ou das verbas de que a universidade dispusesse. Em 1969/70 os cursos de Filosofia e História passaram a ser lecionados no Palacete Burmester, ao Campo Alegre. Nesse mesmo edifício será lecionado também o curso de Geografia em 1972, e, em 1973, o curso de Filologia Germânica é aberto num edifício na Rua das Taipas.

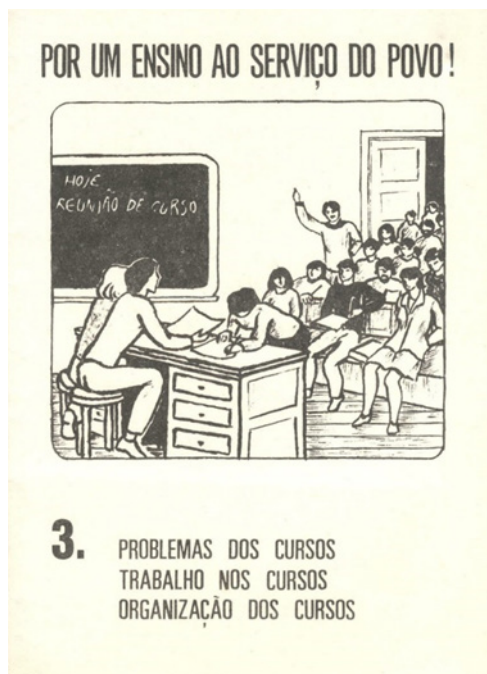


Foto do blogue do ex-estudante da UP José Pacheco Pereira,
in https://abrupto.blogspot.com/2007_10_28_archi-ve.html#2890821466941479215

Outro exemplo da penúria de edifícios da universidade era a Faculdade de Engenharia. Instalada desde 1937 na Rua dos Bragas, onde hoje se situa a Faculdade de Direito, desde meados dos anos 40 que se falava da insuficiência desse edifício para albergar a quantidade de alunos e os equipamentos necessários ao ensino. Fernandes (2007, p. 62) afirma que o edifício fora projetado para 200 alunos e albergava, já em 1948, 750 estudantes. Ainda assim, pelas razões orçamentais referidas acima, a universidade só em 1961 pôde fazer face à necessidade de novas instalações, quando o Liceu Carolina Michaëlis, então instalado na Rua dos Bragas, foi transferido para a zona de Cedofeita. Engenharia pôde então proceder a obras de alargamento – as quais, de resto, foram sol de pouca dura. Em 1972, pouco mais de uma década depois, os dirigentes da faculdade solicitavam a aplicação de uma política de *numerus clausus* às autoridades, sob pena de o contingente crescente de alunos tornar o ensino impraticável (Moreira, 2010, p. 39).

Também Medicina, instalada desde 1959 no Hospital de S. João, tinha problemas de instalações. Situada, desde logo, numa zona ultraperiférica da cidade, rodeada de áreas de matagal e de antigas quintas, com o crescimento dos alunos nos anos 60 e 70 o seu

corpo docente chegou a insinuar, em exposição remetida ao Governo, que admitia fazer uma greve – forma de protesto proibida – se o ministério não tomasse providências para «desembaraçar a Faculdade da grande massa atual de alunos» (Moreira, 2010, p. 40).

Arrastada pela dinâmica social e económica do seu tempo, em Portugal e no mundo, a Universidade do Porto ia tendo de deixar de ser uma escola da elite intelectual, para se tornar num centro de formação e de fornecimento de quadros para o Estado e as empresas. Estando o seu parque escolar manifestamente desadaptado a essa nova realidade, os seus professores, que propunham reiteradamente o *numerus clausus* como solução – considerando que a solução era não a melhoria das condições de acesso às faculdades, mas sim o barrar da chegada de novos alunos –, apresentavam uma solução conservadora, elitista, excludente, para os problemas que encontravam.

Esta situação alia-se ao que já vimos de intromissão estatal no associativismo estudantil, bem como ao recrudescer da oposição ao regime nos anos 60, formando uma atmosfera de descontentamento e contestação. Não era despidendo, também, o facto de a guerra colonial cobrar, crescentemente, estudantes universitários que servissem de oficial miliciano na frente.

3 | A RESISTÊNCIA ESTUDANTIL ANTES DO 25 DE ABRIL

A partir dos anos 60 começam, à semelhança do que acontecera por toda a Europa, a emergir novas correntes associativas mais radicalizadas dentro da Universidade do Porto, que terão uma linha crítica do movimento associativo até então, bem como da organização do ensino na Universidade do Porto e em Portugal.

A primeira tendência deste processo de radicalização a surgir, no ano letivo 1969/70, na ressaca da crise académica de Coimbra, foram os Comitês de Base, que mais tarde mudariam de nome para Núcleos Sindicais. O nome, como se verifica, é muito esclarecedor da filiação ideológica desta tendência associativa, empregando termos comuns no jargão das organizações de esquerda. Mas também demonstra uma rutura total com as ideias que o regime tentara implementar sobre o associativismo estudantil. Longe de o conceber como uma forma assistencialista de ajudar os estudantes, os Núcleos encaram a tarefa do associativismo estudantil como sendo de reivindicação sindical, em face dos diversos problemas que encontravam no funcionamento da universidade. Mais tarde, já em 1972/73, surgirá uma outra tendência associativa no Porto, de pendor vincadamente maoísta, chamada Por Um Ensino ao Serviço do Povo. Esta tendência, que terá surgido de um processo de reorganização dos Núcleos Sindicais, tinha estudantes críticos quer da postura «reformista» do movimento anterior a 1969/70, quer da postura «liquidacionista» dos Núcleos Sindicais, e teve diversas polémicas ideológicas com os outros setores.

A radicalização destas propostas vai contribuir para que os problemas de «disciplina académica», como eram designados à época pelas autoridades universitárias, se fossem multiplicando, e assumissem um lugar de cada vez maior destaque nas reuniões do Senado da Universidade e dos diversos Conselhos Escolares. Tivemos ocasião, noutra lugar, de esmiuçar todo este processo (Moreira, 2010, pp.54-57). Neste trabalho iremos apenas relatar as duas principais ações de resistência do movimento estudantil portuense na fase final da ditadura: o protesto contra o festival de coros de 1973, e a greve às aulas na Faculdade de Medicina, no mesmo ano.

3.1 | O CASO DO FESTIVAL DE COROS

Em 1973 a Universidade do Porto previa organizar um festival internacional de corais universitários. Dele deveriam participar coros provenientes de universidades portuguesas, rodesianas, sul-africanas, espanholas, filipinas, japonesas e brasileiras (Moreira, 2010, p.70).

Os países de origem destes coros são muito significativos: praticamente todos estes países eram ditaduras, dois tinham políticas abertamente racistas de *apartheid*, e apoiavam o esforço de guerra português nas colónias africanas. Não podiam estar mais nos antípodas dos movimentos estudantil portuense que, naturalmente, reagiu em bloco a este acontecimento.

A 4 de Abril de 1973 um grupo de algumas centenas de estudantes reúne-se no átrio do atual edifício da reitoria, num *meeting* para deliberar ações de protesto contra o festival. Tal iniciativa, numa época em que as liberdades civis não existiam, desde logo a liberdade de reunião, era um ato ilegal, e foi tratado pelas autoridades universitárias como um caso de polícia.

A bem da «disciplina académica», o então reitor endereça uma nota escrita aos estudantes reunidos. Nela dá conta de que a reunião fora comunicada ao governo civil do Porto, e, nessa medida, que a polícia se deslocaria ao local para assegurar o funcionamento normal da universidade. Os estudantes ripostam, invadindo o salão nobre da reitoria, onde partiram apliques da parede, cadeiras, ornamentos da sala, e pintaram na parede diversos slogans revolucionários, como «Abaixo a Guerra Colonial», «Abaixo a Dominação Capitalista», «Viva Mao Tse-tung», «Abaixo os Coros», etc. (Moreira, 2010, p. 71). Um grupo de estudantes tentou mesmo arrombar o gabinete do reitor que, de modo a evitar danos adicionais, saiu pelo seu pé das instalações, sob um coro de insultos.

Os eventos do resto do dia são, a partir daqui, narrados de forma diferente pelas autoridades da Universidade e pelos estudantes. As atas do conselho escolar de Ciências indicam que a reunião ocorreu por volta das 15h30, e que a polícia tinha ficado no exterior do edifício até às 19h30, detendo os envolvidos à medida que o iam abandonando, para em seguida os encaminhar às suas instalações (Moreira, 2010, p. 72).

Por seu turno, Raúl Castro, que será advogado de defesa de alguns dos estudantes no tribunal de polícia, conta uma história algo distinta. A polícia terá invadido o edifício da reitoria, agredido à bastonada os estudantes reunidos, ao mesmo tempo que formava, no exterior, um cordão de agentes que empregou gás lacrimogéneo para reter os que tentavam abandonar o edifício, levando-os, assim atordoados, para a esquadra (Castro, s/d, p.17).

Independentemente de qual versão é a correta, o absurdo de empregar forças policiais para impedir a realização de um *meeting* mostra bem o nível de repressão que se vivia, dentro da academia portuense, a pouco mais de um ano do 25 de Abril. Esta foi a ação de luta mais massiva do movimento estudantil portuense nos anos finais do Estado Novo.

3.2 | A GREVE DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Como referíamos acima, a Faculdade de Medicina ficava muito longe, geograficamente, das restantes universidades da cidade. Quase todas estavam localizadas ou na baixa, ou no Campo Alegre, ficando Medicina no Hospital S. João, já na fronteira da cidade do Porto com a Circunvalação. Os alunos que frequentavam esta faculdade, separados do restante tecido urbano, e expostos a questionamentos e dificuldades muito parecidas, facilmente criavam um importante «espírito de corpo», que explica que essa faculdade fosse o centro nevrálgico da oposição estudantil (Moreira, 2010, p.75).



(in Moreira, 2010, imagem da capa)

Medicina padecia, como a generalidade das faculdades, de um problema sério de insuficiência de instalações. Sendo projetada para um número de alunos inferior ao que tinha em finais dos anos 60/inícios dos anos 70, não conseguiu, a tempo, adequar-se à nova realidade. Mais ainda: o seu corpo docente reagiu à nova realidade com uma postura simultaneamente elitista e repressiva. Por um lado, exigia uma política de *numerus clausus* ao Governo, falando de greve se esta não ocorresse. Nas reuniões do conselho escolar é dito com clareza que se considerava que o ensino de qualidade não era compatível com o ensino de massas (Moreira, 2010, p. 45). Por outro lado, procurava reprimir a atuação do movimento estudantil na faculdade, impedindo-o de realizar reuniões por todos os meios possíveis.

Constatando que os estudantes se reuniam no bar da faculdade para discutirem questões políticas, os membros do conselho escolar de Medicina determinaram, em finais de 1973, que o bar permanecesse fechado, salvo durante o horário das refeições. Esta medida, além de retirar um espaço de convívio aos estudantes, numa faculdade, relembramos, já pouco dotada de instalações, era um ataque gratuito ao direito de reunião. De modo que, a 6 de Dezembro de 1973, os estudantes tomam uma posição de força: arrombam a porta do bar da faculdade, e realizam no seu interior uma reunião, onde se decretou uma greve às aulas.

A direção da faculdade pôs a polícia de prevenção no dia seguinte, e pôde, assim, frustrar a realização da greve. Em razão disso, no dia 11, os estudantes voltam a arrombar a porta do bar para nova reunião, onde apelam de novo à greve. Mais decidem criar piquetes à entrada da faculdade, por forma a garantir que a mesma funcionava.

A 13 de Dezembro de 1973, uma vez mais, a polícia foi chamada à faculdade, prendeu seis estudantes, e levou-os para a secretária, onde os manteve sob sua custódia. A rea-

ção não se fez esperar: um grupo de colegas dirigiu-se a uma sala do 3º andar, onde o diretor se fechara à chave, rebentou a porta, manietou-o, e uma estudante chegou a agredi-lo (Moreira, 2010, p.76). Em consequência disso a polícia prendeu dois dos envolvidos neste desacato, que entregou à PIDE.

A situação, durante o ano letivo restante – durante o qual, em Abril, a revolução tem lugar –, será de enorme crispação entre alunos e direção da faculdade. A tal ponto que a polícia vai instalar um rádio no gabinete do diretor, para que este pudesse solicitar a sua intervenção de forma mais expedita, ao prever que a cadência das ações policiais necessárias dali por diante ia ser muito grande.

A faculdade contratou, também, uma empresa de segurança privada que auxiliasse o trabalho da polícia, proibiu o acesso da faculdade ao Hospital S. João e vice-versa, e a permanência no edifício da faculdade fora do período de aulas.

Naturalmente, em Janeiro de 1974, uma nova greve às aulas vai ser a resposta a estas medidas, a qual incluiu, designadamente, o apedrejamento das viaturas policiais chamadas à faculdade.

4 | O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA REVOLUÇÃO E NO PÓS-25 DE ABRIL



(foto in Antunes, 2022, p. 306)

Na sequência do derrube do Estado Novo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) a 25 de Abril de 1974, eclodiu um período de fortíssima mobilização social, com o surgimento e/ou a legalização de uma infinidade de associações, sindicatos, cooperativas, partidos políticos, e demais instituições até ali impedidas de operar livremente. O efeito dessa conquista dos direitos democráticos na prática, pela mobilização social, repercutiu-se também no movimento estudantil, que, como acima vimos, já trazia uma dinâmica de mobilização imponente do tempo do antigo regime.

4.1 | O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA UNIVERSIDADE

Como diversas outras organizações, desde logo as de moradores e de trabalhadores, também o movimento estudantil assumiu como suas tarefas tradicionalmente exercidas pelos órgãos da administração de Estado, fazendo por isso parte do «duplo poder» (Antunes, 2022, p. 299) que se verificou entre o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975. Cedo desenvolveram processos de saneamento de professores alinhados com o regime deposto, de reintegração de docentes afastados da Universidade do Porto pela sua ligação à oposição democrática – ficou famosa, a este título, a decisão em Assembleia Geral da Universidade de readmitir o cientista Ruy Luís Gomes –, de discussão das condições materiais das faculdades, dos seus recursos humanos, do conteúdo científico lecionado nos diversos cursos, e da metodologia pedagógica empregue pelos docentes.

Nota-se na Universidade do Porto, também, o mesmo processo de superação da dinâmica institucional pela ação de base que se verificará nas empresas e nos bairros. Quando o Governo Provisório decreta a exoneração do último reitor pré-25 de Abril, o mesmo já havia sido saneado pelos estudantes. Quando em Maio de 1974 um decreto-lei é promulgado prevendo a participação estudantil na gestão das universidades, esse modelo já fora imposto na prática na Universidade do Porto.

É também por iniciativa dos estudantes que, em diversas faculdades, e na própria reitoria, vão ser eleitos diretores com reconhecidos créditos antifascistas. Ruy Luís Gomes torna-se reitor, Armando Castro diretor de Economia, Amândio Alves de Medicina, Óscar Lopes de Letras, Luís Oliveira Dias de Engenharia, e Alberto Roque da Silva de Farmácia (Antunes, 2022, p. 307). O caso de Armando Castro é particularmente interessante e elucidativo do poder que o movimento associativo conseguira granjear naquele momento: o advogado e autor de vasta obra sobre questões económicas não era docente da Faculdade de Economia, nem mesmo tinha relação profissional com a academia, tendo desenvolvido o seu trabalho como autodidata. A deliberação estudantil será alvo do escrutínio de um grupo de juristas, mas acabará aprovada.

Em 1974 decorrerão as primeiras eleições associativas em liberdade. De uma forma geral, os programas sufragados pelos estudantes serão marcados pelo princípio de ligar «o ensino à vida», pautando-se por (Antunes, 2022, pp. 310-311):

- I. Controlo público total do sistema de ensino, com a proibição progressiva do ensino privado;
- II. Unificação do ensino, suprimindo-se a divisão entre cursos médios e cursos superiores, à semelhança da supressão da divisão entre ensino liceal e ensino técnico;
- III. 8 anos de ensino gratuito e obrigatório, com correlativo aumento da idade mínima para ingressar no mercado de trabalho;
- IV. Via de acesso específica ao ensino superior para os trabalhadores-estudantes;
- V. Imposição de regras às empresas que compatibilizassem o trabalho com os estudos superiores;
- VI. Alargamento da ação social escolar ao ensino superior;
- VII. Ensino pós-laboral na Universidade.

4.2 | A LIGAÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ÀS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS DO PREC

Parte integrante do esforço de ligação do ensino superior à vida, nos termos que referimos acima, foi, durante o período revolucionário, a associação dos estudantes aos setores populares, procurando auxiliá-lo na estruturação das suas organizações e nas transformações sociais que iam sendo levadas a cabo. Tal esforço viria, inclusivamente, a ser integrado numa política de Estado para os recém-chegados ao ensino superior, o Serviço Cívico, de que adiante falaremos.

A 2 de Junho de 1975, no II Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA) foi definida como tarefa das associações de estudantes dinamizar campanhas de alfabetização e de educação sanitária (Antunes, 2022, p. 320).

Os estudantes consideravam que o Estado Novo, nos mais de quarenta anos da sua vigência, tivera uma política deliberadamente obscurantista, que privava as classes populares do acesso à instrução, e criava um distanciamento propositado entre os estudantes e os membros do povo (Antunes, 2022, p. 322). Com um misto de voluntarismo benévolo e de algum paternalismo para com as populações sem instrução formal, pretendiam os estudantes, na esteira de autores como Paulo Freire, promover a «politização das populações mais atrasadas do país». Dava-se por adquirida uma certa menoridade, ou pelo menos uma insuficiente compreensão da situação política, e das tarefas a seguir para a transformação democrática da sociedade, entre as classes formalmente menos instruídas – perspectiva que não parece autorizada se observarmos a dinâmica que estes setores sociais deram à sua luta sindical nas empresas, ou nas mobilizações por habitação e demais direitos sociais.

Articulados com o Sindicato dos Professores, contudo, os estudantes vão levar a cabo diversas ações de alfabetização popular, empregando o método Paulo Freire. Na Faculdade de Letras, aliás, vão ser dinamizados cursos para ensinar o método Paulo Freire de alfabetização, assim como de animação de grupos, de saúde, de problemas locais, de economia, e de comunicação social, saberes que se julgavam pertinentes para a politização das populações mais pobres (Antunes, 2022, p. 324).

Os estudantes levavam a cabo, também, diversas iniciativas de educação sanitária, que espantam pelo detalhe e pelo cuidado da sua organização. Com uma estrutura por módulos que iam das questões pré-natais, à saúde infantil, passando pela prevenção do alcoolismo, dos maus hábitos alimentares, e da insalubridade de casas e espaços de criação de animais, chegando ainda à saúde estomatológica e à dinamização da prática gimnodesportiva (Antunes, 2022, p. 325), era com bastante ambição, e denotando a vitalidade e o estado avançado de consciência política dos estudantes de Medicina, que já havíamos referido, que este projeto fora traçado.

Terão participado das campanhas de alfabetização e educação sanitária levadas a efeito durante o período revolucionário mais de mil estudantes (Antunes, 2022, p. 326) sub-

divididos em 100 brigadas de alfabetização (com 5 a 8 estudantes) e em 8 brigadas de educação sanitária (com 3 ou 4 estudantes). Estes números representam um esforço interessante de ligação da universidade à vida, e vão ao encontro dos princípios do Serviço Cívico Estudantil preconizado pelos Governos Provisórios, e de que nos encarregaremos no ponto seguinte.

4.3 | O SERVIÇO CÍVICO ESTUDANTIL

O Serviço Cívico é uma consequência direta das campanhas de alfabetização e educação sanitária, tanto na Universidade do Porto como no resto do país (Varela, 2011, p. 158). O Governo Provisório de Vasco Gonçalves, em parte por considerar impossível absorver todos os estudantes que tentaram aceder ao ensino superior após a revolução,¹ em parte por considerar que os estudantes deviam aproximar-se dos trabalhadores e do mundo real, laborando ombro a ombro com os mesmos, é o responsável por esta política.

Nesta espécie de «ano zero», os estudantes em questão foram integrados em atividades ligadas à silvicultura, à pesca, ao trabalho agrícola, mas também às atividades culturais e desportivas, á dinamização da segurança social, das Unidades Cooperativas de Produção e das cooperativas que, no Alentejo e no Ribatejo, levavam a efeito experiências de gestão coletiva dos antigos latifúndios. Ainda participavam na realização de inquéritos e estudos para os órgãos de poder local, recentemente tomados por comissões administrativas, e aos quais faltava muita informação relevante sobre os territórios que deviam administrar (Antunes, 2022, p. 328).

A experiência do Serviço Cívico Estudantil não foi isenta de críticas aquando da sua instituição. Varela, na obra já referida, defende que o Serviço Cívico Estudantil serviu para o Governo Provisório de então afastar das universidades os muitos milhares de alunos novos que lá chegavam, de modo a evitar a sua politização pela extrema-esquerda (2011, p.160). A despeito dessas críticas, a medida continuaria a funcionar até 1976.

¹ É também Varela que refere (2011, p. 159) que 20.000 estudantes participaram do Serviço Cívico Estudantil. Tendo em conta a precariedade das instalações da Universidade do Porto que vimos acima, um influxo de estudantes desta natureza teria sido, de facto, um grande desafio à instituição.

5 | O ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL DESDE 1976

Derrotado o processo revolucionário em 1975 e constitucionalizado o regime em 1976, o duplo poder a que acima fazemos referência desapareceu, dando lugar a um associativismo estudantil cuja radicalidade e influência no funcionamento nas universidades se reduziu a um papel significativamente mais modesto.

Não obstante, é possível identificar a permanência de alguns traços da cultura estudantil formada quer sob a ditadura, quer nos anos de construção da democracia, no atual funcionamento do associativismo estudantil da cidade. Abrangendo, é certo, muito mais do que as escassas faculdades que a Universidade do Porto tinha em meados dos anos 70, num tempo em que o ensino politécnico e as escolas de ensino superior privadas são em número infinitamente maior do que então, constatamos que a Federação Académica do Porto continua a desenvolver projetos sociais em bairros pobres da cidade, como o Carriçal e o Pinheiro Torres. Também observamos que a mesma estrutura associativa mantém ações de voluntariado em outras áreas, como os direitos dos animais.

O ambiente social dos anos 70 não é, decerto, o mesmo que temos hoje. Mas a cultura de associativismo estudantil, com uma forte componente de ligação ao mundo da vida e à comunidade parece, felizmente, ter ainda relevância para os estudantes dos nossos dias.



TESTEMUNHO RUI RIO

Felicito a Federação Académica do Porto por esta sua iniciativa, ao aproveitar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, para promover uma publicação sobre o Movimento Estudantil no Porto.

Como a ideia é retratá-lo fundamentalmente no tempo da ditadura e no período imediatamente a seguir à revolução, o termo Movimento Estudantil é um termo exato, que espelha o que então se passou. Em termos comparativos, relativamente ao que hoje existe, não se deve falar em Movimento Estudantil, porque não há qualquer comparação com esses tempos de há 60 e 50 anos atrás. Hoje existirá, e bem, o associativismo juvenil e dentro desse o associativismo estudantil. Não existe propriamente um movimento de estudantes com o objetivo de lutar por transformações profundas no sistema de ensino e na sociedade em geral.

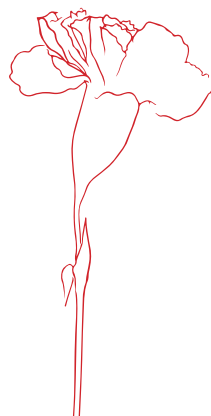
Hoje os estudantes associam-se, também para lutar pelos seus direitos, é certo, mas não é esse o traço dominante, e muito menos tal acontece com lógicas de combate político ou partidário.

No tempo do Estado Novo, o Movimento Estudantil era realmente um movimento que visava lutar contra a ditadura, contra a falta de liberdade, contra a guerra colonial e contra a ausência de diálogo e de capacidade reformista do regime.

Após o 25 de Abril, e durante os anos que imediatamente se lhe seguiram, a luta estudantil continuou exclusivamente com motivações políticas e, muitas vezes, partidárias. Nessa altura, os objetivos continuaram a ser pela democracia e pela liberdade, mas de sinal contrário, ou seja, contra a tentativa de instalação de uma ditadura de extrema esquerda. Falo, obviamente, por mim, porque para os meus adversários a luta era contra o capitalismo, contra a democracia burguesa e pela instalação da ditadura do proletariado ou, como diziam, de uma democracia popular.

Em ambas as épocas havia um verdadeiro Movimento Estudantil que visava influenciar e mesmo interferir nos grandes desígnios da sociedade. E verdade seja dita, que, tal como este livro o refere, em muitos momentos da história ele foi efetivamente relevante para modificações na sociedade, designadamente de caráter comportamental. Exemplos maiores, serão o Maio de 68 ou o Movimento Hippie, mas, em Portugal, alguns exemplos também podem ser citados, embora, obviamente, de escala muitíssimo menor.

Relembro, por exemplo, o episódio da final da Taça de Portugal entre a Académica e o Benfica em 1969 no Estádio Nacional, em que a contestação estudantil ao regime atingiu uma tal dimensão, que o Governo e o Presidente da República, resolveram, ao contrário da tradição, não marcar presença nessa final. Na prática fugiram com receio de um descontrolo da situação, já que a multidão que se juntou em apoio à Académica, impulsionada pelas lutas estudantis desse ano, atingiu uma dimensão e uma dinâmica absolutamente invulgar. E pena foi, digo eu, que a Académica não tivesse ganho, apesar de ter estado a vencer aos 84 minutos de jogo.



Para muitos estudantes, a resposta do regime às contestações estudantis era dura, pois anulava-lhes o adiamento a que se podia recorrer para terminar os estudos, e alistavam-nos de imediato no serviço militar com a consequente mobilização para a guerra colonial.

Após o 25 de Abril, a luta foi muito mais generalizada e mais intensa, mas mais curta e menos exigente do ponto de vista da coragem que era necessário ter para enfrentar os adversários; que deixaram de ser o poder instituído para passarem a ser em primeira linha os antagonistas políticos que queriam levar a revolução para o campo contrário ao desejado.

Viveram-se tempos de alguma anarquia, de sectarismo, de excessos políticos e de uma exagerada politização das matérias lecionadas, a par da implementação de algumas ideias marcadamente de extrema esquerda, como, por exemplo, o serviço cívico estudantil, que eu próprio tive de cumprir, e que evoluiu depois, quando tudo se normalizou, para o que é hoje o 12º ano.

Apesar de francamente divididos e muito manipulados pelas forças da esquerda radical, a reação estudantil foi, também nesse momento da nossa História, muito relevante para se evitar a radicalização definitiva da sociedade na sequência da Revolução dos Cravos.

Tal como, depois mais tarde ao longo da minha vida, tantas vezes viria a assistir na política, relembro também nessa época uma quantidade imensa de estudantes que não tendo a coragem nem a genuinidade de muitos dos seus colegas, colaboravam cobardemente com aquilo com que eles próprios não concordavam. Se, ao longo dos tempos, todos os estudantes tivessem tido essa atitude de tão fraco valor, bem pior teria sido a evolução da sociedade.

Daí a minha homenagem a todos aqueles que, ao longo da História da Universidade do Porto, nunca regatearam a sua entrega desinteressada às lutas académicas e com isso muito ajudaram o Porto e Portugal.

A História não se faz com os comodistas, faz-se com os que com coragem e altruísmo, se dedicam, à luz das suas convicções, a lutar por uma sociedade melhor. Alias, ensinamos o nosso sábio povo - e bem - que dos fracos não reza a História.

*RUI RIO
abril de 2024*

TESTEMUNHO AUGUSTO SANTOS SILVA

O associativismo estudantil sempre espelhou o clima político e sempre foi um poderoso fator de animação, e até radicalização do ambiente político exterior. Como é natural, durante a ditadura havia uma contaminação recíproca muito forte. Antes do 25 de Abril, o movimento associativo estava praticamente interdito, várias associações de estudantes tinham as suas atividades suspensas, e as que tinham atividades legais faziam-no acoberto de prestar serviços aos estudantes.

Antes do 25 de abril, eu estudava no liceu D. Manuel II, atual Escola Secundária Rodrigues de Freitas. Era um liceu de elite e o diretor chamava-se reitor. Em 1973, eu andava no que seria agora o 11º ano, e o Ministério da Educação organizou um concurso nacional entre as escolas secundárias. Havia provas em português, matemática, filosofia, e por aí fora. Aquilo era um concurso do regime para silenciar os estudantes, para disfarçar a ditadura e, portanto, a direção escolheu uma equipa de sete, oito alunos e praticamente todos nós recusamos ir. Teve de ir uma equipa suplente que, mesmo assim, ganhou o concurso nacional. Um dia, fizemos greve no liceu D. Manuel II, por volta do final de 1972. Fizemos greves com piquetes, não íamos às aulas, mas estávamos a rodear a escola. Para nossa grande surpresa, o reitor foi falar connosco e nós estávamos à espera de um reitor autoritário, às ordens do patrão, do Ministro da Educação, e do patrão Marcelo Caetano que era nosso inimigo. Mas não, o reitor tinha uma conversa muito fácil, bastante amiga e ficamos bastante surpreendidos. Ele próprio fez todos possíveis para que essa greve não tivesse nenhuma repercussão na nossa frequência no liceu. Só depois do 25 de Abril é que descobri que era uma pessoa progressista, que aliás teve funções importantes no Ministério da Educação durante a democracia.

Por volta de 1972, houve uma revolta quando o Governo decidiu colocar funcionários, que eram uma espécie de polícias, nas faculdades para controlar os estudantes. Havia uma certa efervescência no movimento do estudantil contra o regime, por causa da perspetiva do serviço militar obrigatório na guerra mundial, e por causa do fechamento que caracterizava o ensino superior naquela altura. Por exemplo, em história, o séc. XIX e o séc. XX não eram ensinados, e em filosofia, considerava-se que filósofos como Karl Marx e Friedrich Nietzsche não podiam ser estudados.

Eu estava no primeiro ano da universidade quando se deu a Revolução dos Cravos, o que significa que a partir dessa data passei a intervir legalmente na faculdade, em todos os âmbitos. Criou-se uma constelação de instâncias e de órgãos de participação estudantil na vida das faculdades, que ainda hoje existe consolidada, e uma convivialidade muito grande entre professores e estudantes. Por causa do fechamento que existiu antes do 25 de Abril, e também por causa das demissões que ocorreram a seguir ao 25 de Abril de professores mais comprometidos com o antigo regime, houve uma renovação geral do corpo docente.

Após o 25 de Abril, as coisas ainda se intercetavam mais, não havia muros a separar o que era a faculdade e o que era a agitação política revolucionária do período entre 1974 e 1976. A democracia portuguesa, ao contrário da espanhola, não resultou de um pacto,

resultou antes de um golpe militar feito por jovens oficiais das Forças Armadas que, pela imediata adesão popular maciça, rapidamente se transformou numa revolução política e social. Até 1976, até à aprovação da Constituição e realização do primeiro ciclo eleitoral completo, para o Parlamento, para o Presidente, para os municípios e para as regiões autónomas, nós vivemos um período revolucionário que foi vivido com especial intensidade na universidade.

Eu costumo dizer que tive uma enorme sorte na minha vida, porque vivi ao mesmo tempo a adolescência e a revolução. A adolescência é um período da nossa vida onde, felizmente, tudo parece possível e nada parece adquirido e a revolução é também um período a nossa vida coletiva, onde tudo parece possível e nada parece pré-estabelecido. Para toda a minha geração, nós vivemos ao mesmo tempo a adolescência e a revolução. Nos anos 60 houve uma melhoria geral do nível de vida em Portugal. Eu que era o quinto filho de uma família de enfermeiros, frequentei um colégio de elite. Mesmo assim, fui dos poucos da minha turma do ensino primário a completar o ensino superior. Para a larga maioria das pessoas, a escolaridade terminava aos dez anos, ou antes, e quando não terminava aos dez anos, os miúdos faziam dois exames: um nas escolas técnicas e outros aos liceus. Era assim que se definia dois canais praticamente incomunicáveis de formação e educação. Tudo isso, felizmente acabou. Atualmente, o analfabetismo é absolutamente residual, temos praticamente todas as crianças até aos 15 anos na escola básica e quase todos os adolescentes, em idade frequentar o ensino secundário, frequentam o ensino secundário. A diferença é absolutamente radical.

AUGUSTO SANTOS SILVA
abril de 2024

BIBLIOGRAFIA

- | Antunes, Maria João Silva – *Luta dos Estudantes na Ditadura e sua Influência nas transformações educativas do pós-25 de Abril – os Movimentos Estudantis do Porto (1968/1974)*. Tese de Doutoramento, Porto: FPCEUP, 2022.
- | Barker, Colin - «Some reflections on the student movements of the 60s and the early 70s». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, 2008, Coimbra.
- | Bebiano, Rui – *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia, e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Ed. Angelus Novus, 2003.
- | Castro, Raúl – *Estudantes do Porto no Tribunal de Polícia*. Porto: Edição de Autor, s/d.
- | Fernandes, Maria Eugénia Matos – *A Universidade do Porto e a Cidade: Edifícios ao Longo da História*. Porto: Arquivo Central da Reitoria, 2007.
- | Garrido, Álvaro - «A Universidade e o Estado Novo: de ‘corporação orgânica’ do regime a território de dissidência social». In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, 2008, Coimbra.
- | Moreira, João Carlos Vilela da Cruz – *Os Estudantes do Porto e a Resistência ao Estado Novo (1968/1974)*. Tese de Mestrado, Porto: FLUP, 2010.
- | Pereira, José Pacheco – *O Um Dividiu-se em Dois*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2008.
- | Rotman, Patrick – *Maio de 68 explicado àqueles que não o viveram*. Lisboa: Guimarães Editores, 2008.
- | Varela, Raquel – *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora, 2011.



